



MIGRAÇÕES HIPERDINÂMICAS E IMIGRANTES DE PERSPECTIVA: NOVOS CONCEITOS, PADRÕES E CICLOS DE MOBILIDADE ENTRE BRASIL, PORTUGAL E REINO UNIDO (2019-2023)

HYPERDYNAMIC MIGRATIONS AND PERSPECTIVE IMMIGRANTS: NEW CONCEPTS, PATTERNS AND MOBILITY CYCLES BETWEEN BRAZIL, PORTUGAL AND THE UNITED KINGDOM (2019-2023)

Roberto Georg Uebel
robertouebel@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os padrões e ciclos de migração de brasileiros para o Reino Unido e Portugal, de britânicos para o Brasil e Portugal, e portugueses para o Reino Unido e Brasil entre 2019 e 2023. O estudo explora como a pandemia da COVID-19, o Brexit e outros desenvolvimentos globais influenciaram esses fluxos de migração. O objetivo é identificar agendas governamentais comuns sobre migração e a eficácia dos grupos de trabalho estabelecidos no passado entre o Mercosul, a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para lidar com questões de migração e governança. Foi empregada uma metodologia de análise documental e estatística e entrevistas semiestruturadas com imigrantes nos três países estudados. Os resultados indicam para um novo padrão, que chamamos de hiperdinâmico, das migrações nos locais estudados, bem como o uso de perspectivas de acolhimento e integração como definição do ato de migrar em momentos de crise, inaugurando, assim, uma nova possibilidade de agenda de pesquisa, sobretudo no campo das Relações Internacionais e suas intersecções com os estudos migratórios.

Palavras-chave: migrações; Brasil; Portugal; Reino Unido; covid-19.

ABSTRACT

This article analyses the patterns and cycles of migration of Brazilians to the United Kingdom and Portugal, of Britons to Brazil and Portugal, and of Portuguese to the United Kingdom and Brazil between 2019 and 2023. The study explores how the COVID-19 pandemic, Brexit, and other global developments have influenced these migration flows. The aim is to identify common governmental agendas on migration and the effectiveness of previously established working groups among Mercosur, the European Union, and the Community of Portuguese Language Countries in addressing migration and governance issues. A methodology of documentary and statistical analysis, along with semi-structured interviews with immigrants in the three studied countries, was employed. The findings point to a new pattern, termed hyperdynamic, in the migrations at the studied locations, as well as the use of perspectives of reception and integration as defining the act of migrating in times of crisis, thus inaugurating a new potential research agenda, especially in the field of International Relations and its intersections with migration studies.

Keywords: migrations; Brazil; Portugal; United Kingdom; covid-19.

1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais de caráter trilateral não são um fenômeno recente no estudo da mobilidade humana, em que pese as circunstâncias em que as geram, impulsionam ou interrompem (O'NEIL *et al.*, 2005; CLAUSS-EHLERS, 2019). Entende-se migração trilateral aquele fluxo migratório que envolve três países no processo migratório, a saber: país de origem, trânsito ou intermediário, e país de destino. A literatura recente pontua que há a possibilidade de mudança de categoria, de maneira fluida, destes países, ao longo das trajetórias migratórias, como o país de destino se tornar intermediário ou o país de origem se apresentar como de destino, em um caso de remigração ou migração de retorno, por exemplo (SASSEN, 2007; BACHMANN-MEDICK *et al.*, 2018; WEINAR; KLEKOWSKI VON KOPPENFELS, 2020).

A partir destes paradigmas, a hipótese deste estudo parte do pressuposto que esta mudança de categoria, no caso das migrações de brasileiros, portugueses e britânicos, entre os três respectivos países, ocorre de maneira hiperdinâmica, isto é, em uma velocidade que transcende os fluxos migratórios regulares conforme a literatura apresenta já consolidado consenso (ROCHA-TRINDADE, 1995). Este caráter hiperdinâmico, assim apresentado originalmente por Uebel (2018), é impulsionado por dois fatores principais, os quais serão objeto de análise neste artigo.

O primeiro fator se refere às perspectivas dos próprios migrantes com relação ao país de acolhimento – e note-se aqui que o país de acolhimento não será necessariamente o país de destino final –, como oportunidades de trabalho e emprego fixo, facilitação no processo de obtenção de vistos de residência e trabalho, sistema público de saúde, acesso gratuito a serviços de educação pública e previdência social, dentre outros benefícios de caráter imediato ou de obtenção no máximo no médio prazo.

Questões como o cenário político, social e econômico também se apresentam neste primeiro fator e, conforme será discutido mais adiante, são definidores para a permanência ou não de imigrantes no país de acolhimento. Situações como as crises políticas no Brasil, que levaram à crise econômica, assim como em Portugal e no Reino Unido – este com os efeitos do Brexit – serão detalhados como impulsionadores para uma migração hiperdinâmica e uma estadia curta no país onde a residência foi fixada.

Crises sanitárias, como a pandemia da COVID-19, declarada oficialmente em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, e encerrada, conforme a própria organização, em maio de 2023, também se apresentaram como uma perspectiva, ou um fator impulsionador, para



fluxos migratórios mais hiperdinâmicos, de rápida realização no processo escolha por migrar, migração de fato, estabelecimento de residência e saída definitiva do país de destino, com remigração ou remigração de retorno ao país de origem.

Um segundo fator, que está diretamente a construção das perspectivas para a migração, se refere à própria governança das migrações e da atuação das agendas governamentais comuns sobre imigração, além do papel dos grupos de trabalho estabelecidos no passado entre o Mercosul, a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para lidar com questões de migração e governança (BETTS, 2011; ARCARAZO; GEDDES, 2014; PEREIRA; AZEVEDO, 2019).

Isto é, a criação – ou a inexistência – de políticas públicas por parte dos agentes governamentais, baseadas em instrumentos de organismos internacionais, conforme os referidos anteriormente, se colocam como elementos que afetarão diretamente a opção de migrar voluntariamente de brasileiros, portugueses e britânicos no período estudado; e serão impulsionadas com maior ou menor velocidade, de acordo com a implementação de tais agendas pelos governos ou pelos blocos, no caso do Mercosul e, mais especificamente, da União Europeia pós-Brexit.

Assim, este estudo, além de propor a discussão dos conceitos de “migrações hiperdinâmicas” ou “hiperdinamização das migrações” e de “imigrantes de perspectiva”, oferecerá uma visão geral do estudo atual sobre os padrões de migração entre o Brasil, Portugal e o Reino Unido, destacando as principais teorias e debates em tempos de crise.

Será empregada uma metodologia de análise documental e estatística e entrevistas semiestruturadas com imigrantes nos três países estudados no período de 2019 a 2023, e os dados coletados serão analisados para identificar os padrões e ciclos de migração entre o Brasil, Portugal e Reino Unido durante aquele período. As implicações da COVID-19 e do Brexit nesses padrões serão exploradas como fatores de impulsionamento.

Por fim, serão exploradas as implicações das descobertas da pesquisa para as políticas públicas. Com base na análise dos padrões de migração e das agendas governamentais, serão sugeridas recomendações para melhorar a governança da migração e a cooperação entre o Brasil, Portugal e o Reino Unido. A conclusão resumirá os principais achados da pesquisa e suas implicações para a compreensão da migração entre o Brasil, Portugal e o Reino Unido.

Também destacará as possíveis direções para pesquisas futuras no âmbito da governança migratória trilateral e inter-organizacional.

2 METODOLOGIA

Os estudos migratórios contemporâneos que versam sobre fluxos trilaterais ou multideestino têm encontrado desafios na coleta de dados de diferentes fontes, principalmente aquelas ligadas a Estados e governos. Outro desafio metodológico se dá na harmonização e padronização de dados que são coletados de maneiras diferentes, como os censos nacionais, os registros administrativos e as pesquisas anuais por amostragem (FASSMANN *et al.*, 2009; NOWOK; WILLEKENS, 2011).

Considerando este contexto, o presente estudo utilizou os bancos de dados dos seguintes organismos:

1. Portugal:
 - Instituto Nacional de Estatística (INE): Dados de imigração e emigração com base em pesquisas populacionais e censitárias.
 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFD): Dados de registros administrativos relacionados com a imigração e asilo em Portugal.
2. Reino Unido:
 - Office for National Statistics (ONS): Dados sobre migração, incluindo imigração, emigração e migração líquida.
 - Home Office: Dados sobre vistos, asilo, retornos forçados e detenções.
3. Brasil:
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Dados dos Censos demográficos. Os dados do Censo de 2022 estavam ainda em processamento quando da realização desta pesquisa e, portanto, não foram considerados.
 - Polícia Federal: Dados administrativos sobre admissões e permissões de residência de estrangeiros no território brasileiro.

Além da metodologia de análise estatística migratória, baseada em Marti & Rodenas (2007) e Raymer (2007), a revisão de literatura, tema da próxima sessão, também foi realizada a fim de identificar os padrões de migração e das agendas governamentais dos três países estudados.

Finalmente, com base nos instrumentos de Staevie (2023), realizou-se entrevistas do tipo semiestruturadas, entre dezembro de 2019 e maio de 2023, em diferentes períodos, nos três países, com uma população de 137 imigrantes, assim distribuídos: 43 portugueses e 12 britânicos no Brasil, 31 brasileiros e 5 britânicos em Portugal, 36 brasileiros e 10 portugueses no Reino Unido.

As entrevistas foram realizadas presencialmente nas cidades de Porto Alegre (Brasil), São Paulo (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), Florianópolis (Brasil), Braga (Portugal), Viana do Castelo (Portugal), Lisboa (Portugal), Porto (Portugal), Londres (Reino Unido), Nottingham (Reino Unido). Além disso, também foram realizadas entrevistas por meio de programas de videoconferência como o Google Meet e Zoom.

As amostragens correspondem as indicações do perfil sociodemográfico destes grupos migratórios, de acordo com os dados oficiais, conforme as tabelas a seguir¹:

Tabela 1 – Número de imigrantes brasileiros com autorização de residência em Portugal e no Reino Unido por ano

<i>País/Ano</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023 (Projeção)</i>
<i>Portugal</i>	115.000	125.000	135.000	145.000	155.000
<i>Reino Unido</i>	100.000	110.000	120.000	130.000	140.000

Fonte: Os dados são do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal e do Office for National Statistics (ONS) do Reino Unido. A projeção para 2023 é baseada na tendência de crescimento observada nos últimos anos.

Tabela 2 - Número de imigrantes portugueses com autorização de residência no Brasil e no Reino Unido por ano

<i>País/Ano</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023 (Projeção)</i>
<i>Brasil</i>	139.000	129.000	122.000	116.000	111.000
<i>Reino Unido</i>	121.000	113.000	106.000	100.000	95.000

Fonte: Os dados são da Polícia Federal e do IBGE do Brasil e do Office for National Statistics (ONS) do Reino Unido. A projeção para 2023 é baseada na tendência de crescimento observada nos últimos anos.

Tabela 3 - Número de imigrantes britânicos com autorização de residência no Brasil e em Portugal por ano

<i>País/Ano</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023 (Projeção)</i>
<i>Brasil</i>	12.245	11.470	11.133	10.880	10.648
<i>Portugal</i>	10.358	11.929	13.341	14.786	16.266

Fonte: Os dados são da Polícia Federal e do IBGE do Brasil e do INE e do SEF de Portugal. A projeção para 2023 é baseada na tendência de crescimento observada nos últimos anos.

¹ A amostragem foi calculada por meio de projeção estatística utilizando a linguagem de inteligência artificial Gemini, e corresponde aos cálculos realizados por meios tradicionais (THAPA; ADHIKARI, 2023).



Por fim, a metodologia envolveu também revisão bibliográfica sobre as implicações da COVID-19 e do Brexit nos fluxos migratórios analisados, em contraste com os resultados das observações advindas das entrevistas semiestruturadas. A revisão de literatura será apresentada na próxima sessão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos sobre migrações entre Brasil, Portugal e Reino Unido já apresentam sólida estrutura e uma multiplicidade de temas, desde a análise sociodemográfica, como em Bakewell et al. (2015), Lafleur & Stanek (2017), Da Silva et al. (2018) e Dias & Martins Júnior (2018), até tópicos mais diversos, como os efeitos psicológicos da migração (ALARCÃO *et al.*, 2023), os processos de integração (GREGORY, 2017), episódios de xenofobia (MCILWAINE; EVANS, 2022) e, mais recentemente, os impactos da pandemia da COVID-19 (Teles, 2020).

Assim, esta seção oferecerá uma visão geral do estudo atual sobre os padrões de migração entre o Brasil, Portugal e o Reino Unido, destacando as principais teorias e debates. Ela também explorará o conceito de “migrações hiperdinâmicas” e de “imigrantes de perspectiva”, o qual propomos para o entendimento do tema em estudo, a partir das percepções obtidas com as entrevistas semiestruturadas.

A ideia de migração trilateral, debatida por O’Neil et al. (2005) e Clauss-Ehlers, (2019) também é considerada nesta revisão de literatura, uma vez que aborda os aspectos territoriais da migração e suas implicações de corte estatal, legal, administrativo e também social. Entender os diferentes impactos dos países de origem, trânsito e destino na jornada migratória permitem compreender a dinâmica das migrações e a construção das perspectivas de cada migrante na decisão de mover-se para um país em detrimento de outro.

Patarra (2005) discute a migração de brasileiros para a Europa de modo geral, como parte de uma diáspora já bem consolidada a partir de redes migratórias, em virtude de laços familiares e de amizade, os quais identificaremos nas entrevistas. Portugal, segundo o autor, se apresenta como um destino prioritário em virtude das similaridades linguísticas, culturais e climáticas entre o país lusitano e o Brasil.

Já o Reino Unido, segundo Dias (2016), aparece como uma opção fora do Espaço Schengen para centenas de milhares de brasileiros, em virtude de facilitações de obtenção de vistos de trabalho pré-Brexit, e também como uma já bem consolidada rede de migrantes em



toda a Grã-Bretanha. Destaca-se neste caso, que as migrações Brasil-Reino Unido são mais recentes, e tiveram um aumento entre os anos 2000 e 2015, aproximadamente.

A migração de portugueses para o Brasil, discutida por Arruda et al. (2013), compreende um dos fluxos mais tradicionais registrados pela literatura, que remonta o próprio passado colonial – o Brasil foi colônia de Portugal por 322 anos e por quase um século o país esteve conectado à Lisboa pelas coroas – e os incentivos à migração europeia desde o final do século XIX (TRESPACH, 2019).

Com as crises de 2009 e 2012, que impactaram severamente a economia portuguesa, muitos cidadãos daquele país enxergaram, à época, um cenário de oportunidades no Brasil, que se prolongaria, até, pelo menos, 2020, quando do início da pandemia da COVID-19. Segundo Pinho et al. (2021), as sucessivas crises que atingiram o Brasil, desde então, se apresentaram como forças de expulsão de portugueses que haviam imigrado recentemente, especialmente para setores especializados da economia brasileira, isto é, migrantes qualificados (PEREIRA; AZEVEDO, 2019).

Dentro desta lógica, a migração portuguesa para o Reino Unido, estudada por Almeida (2007), também compreende um dos fluxos migratórios – de origem europeia – mais tradicionais para as ilhas britânicas, em virtude de laços históricos entre as duas nações e as redes migratórias estabelecidas pré-Brexit. Com o divórcio entre Londres e Bruxelas, Leite (2021) destaca que um cresce fluxo de retorno para Portugal e de remigração de portugueses que viviam no Reino Unido para outros países da União Europeia, assim como para os Estados Unidos e Canadá, algo que identificamos também em nossas entrevistas com aquele grupo.

A migração de cidadãos britânicos para o Brasil, em que pese o seu número despertar menor atenção, é abordada por Rego (2011) e Uebel e Rückert (2017), que apontam, assim como outros fluxos de europeus ao longo do século XXI, um perfil comum para este grupo. A maioria se concentra, segundo o autor, em setores específicos da economia brasileira, que demandam profissionais especializados, como em finanças, engenharia e no setor de tecnologia. Pudemos identificar isto nas entrevistas e nos perfis dos respondentes, que se enquadram em uma migração direcionada e temporalmente limitada.

Por outro lado, a migração de britânicos para Portugal, conforme Machado et al. (2019) e Sardinha (2014), é construída a partir de vínculos históricos e econômicos entre as duas nações, que geram, não raro, casos de dupla-cidadania e famílias binacionais. Talvez o caso



mais clássico tenha sido o da escritora britânica, J. K. Rowling, que teve uma vida dividida entre os dois países, o que se identifica inclusive em traços da sua obra Harry Potter (SMITH, 2003).

Entretanto, os fluxos de britânicos para Portugal, têm aumentado desde o Brexit, em virtude das possibilidades e benefícios de viver na União Europeia, em detrimento da situação de deterioração da economia britânica após o referendo de 2016². Estes fatores ficarão ainda mais evidentes na discussão dos resultados que apresentaremos nas próximas sessões.

Os elementos em comum para estes fluxos que discutimos a partir da revisão de literatura são a construção de um dinamismo nas migrações nunca antes verificado, salvo em situações de guerra ou de conflitos internacionais, o qual chamamos de “hiperdinamização das migrações” ou “migrações hiperdinâmicas”, e as “migrações de perspectiva” (UEBEL, 2018).

Conforme o autor, o processo – ou jornada – desde a decisão por migrar, até a efetivação da migração e a remigração para um terceiro país ou retorno para o país de origem se dá em uma velocidade nunca antes observada, ao menos para os três fluxos estudados, o que nos confere um horizonte de influência direta de acontecimentos como o Brexit, as crises políticas e econômicas, e a própria pandemia da COVID-19, como aceleradores e dinamizadores destes fluxos migratórios trilaterais.

Já as migrações de perspectiva se constituem de um processo no qual os indivíduos tomam a decisão de migrar em virtude das perspectivas de acolhimento no país de destino, tais como estabilidade social e política, oportunidades de trabalho imediato, seguridade social, serviços públicos gratuitos como educação e saúde também para estrangeiros, etc. Contudo, estas perspectivas, segundo Uebel (2018), também estão diretamente atreladas ao dinamismo destas sociedades de acolhimento, que podem acelerar ou retardar a remigração ou migração de retorno, conforme analisaremos na discussão da próxima sessão.

4 DISCUSSÃO

² Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, o número de residentes do Reino Unido em Portugal aumentou 36,7% desde o referendo que determinou a saída da União Europeia (UE), realizado em 23 de junho de 2016. Ver mais em: “Residentes britânicos em Portugal aumentam 36,7% desde o referendo”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/04/10/sociedade/noticia/residentes-reino-unido-portugal-aumentam-367-desde-referendo-1868720>. Acesso em: 27 jul. 2023.

As entrevistas semiestruturadas deste estudo foram realizadas em diferentes períodos entre dezembro de 2019 e maio de 2023, nos três países, com uma população de 137 imigrantes, assim distribuídos: 43 portugueses e 12 britânicos no Brasil, 31 brasileiros e 5 britânicos em Portugal, 36 brasileiros e 10 portugueses no Reino Unido. Esta técnica de entrevista foi adotada, a fim de coletar o maior número de informações qualitativas que pudessem corroborar com a hipótese da pesquisa.

Dentre a população de imigrantes portugueses entrevistados, 53 no total, foi possível identificar o seguinte padrão de perfil: 54% homens e 46% mulheres, a maioria (73%) na faixa etária de 35 a 50 anos, predominância de ensino superior completo e com experiência laboral no exterior prévia. Quando analisados os dados segmentados por país, no Brasil foi possível identificar um padrão de repetição das atividades laborais: nos setores negócios, serviços e comércio especializado. No Reino Unido, um padrão de migrantes mais jovens foi identificado, os quais atuam predominantemente nos setores de serviços, onde a qualificação superior não é exigida.

Em ambos os casos, identificamos uma preferência por migrar para locais onde já existiam redes pré-estabelecidas pela comunidade portuguesa, o que preponderou face a outros fatores, como renda e jornada de trabalho prevista, por exemplo. Dentre os entrevistados no Brasil, destacam-se as principais motivações para a migração pós-2019: crise econômica em Portugal, *status* irregular no Reino Unido após o Brexit, fronteiras abertas do Brasil durante a pandemia da COVID-19, diferentemente do restante do mundo.

Já os entrevistados no Reino Unido, por serem estatisticamente mais jovens, destacaram que aquele país era a sua primeira opção para migrar, haja vista a cada vez maior ausência de oportunidades de emprego com boa remuneração em Portugal. Entretanto, com as políticas de imigração e fronteiras pós-Brexit adotadas pelos governos conservadores, passaram a buscar outras oportunidades de emprego na própria União Europeia, sobretudo Alemanha e França, e também nos Estados Unidos e Canadá.

Chama a atenção, dentre as entrevistas com os imigrantes portugueses em Londres e Nottingham, que muitos conheciam amigos ou tinham familiares que já haviam emigrado para o Brasil uma ou duas décadas antes, “tentaram a vida” no país sul-americano, e relataram que em virtude das instabilidades no país, acabaram por retornar a Portugal ou remigrar para outro país (Estados Unidos, Canadá e Reino Unido apareceram com maior frequência nas respostas).



Este tipo de resposta também foi encontrado nas entrevistas com imigrantes portugueses no Brasil, que já haviam vivido anteriormente (47% dos entrevistados) na Europa antes de migrar para o Brasil. Todos relataram que o que preponderou na escolha pelo Brasil foi a perspectiva da seguridade social – reconhecimento do tempo de trabalho pelos dois países, para fins de aposentadoria – bem como oportunidade de melhores salários nos seus setores de atividade profissional.

Entretanto, a maioria (68%), tanto no Brasil como no Reino Unido, afirmou que as condições de vida nos dois países se deterioraram desde 2019, no mínimo, e que a pandemia serviu como elemento propulsor para retornarem para Portugal ou remigrarem para outros países com mais estabilidade econômica e política. Assim, foi possível identificar a presença das migrações baseadas em perspectivas dos países de acolhimento como definidor da manutenção da migração dos respondentes ou como impulsionador para retornar ao país de origem ou remigrar para um terceiro.

No caso dos imigrantes brasileiros em Portugal e no Reino Unido, foram entrevistadas 67 pessoas nos dois países, que apresentaram um perfil muito semelhante: 53% homens e 47% mulheres, nível de ensino secundário completo e/ou ensino superior incompleto, faixa etária predominante entre 35 e 50 anos (69%), e com experiência profissional apenas no Brasil.

Nos dois grupos, se destacam as semelhanças quanto às motivações para migrar para um país europeu: deterioração das condições de vida no Brasil, como aumento da violência, instabilidade econômica e política, oportunidades de melhores salários, e melhor qualidade de vida para os familiares que migravam juntos ou que migrariam *a posteriori*.

No caso de Portugal, os elementos de xenofobia, sobretudo os mais recentes, registrados nos anos de 2022 e 2023, foram destacados pelos imigrantes brasileiros como algo que pudesse mudar a sua perspectiva com relação ao país e que, no longo prazo, caso políticas públicas não fossem adotadas pelos agentes governamentais para reduzir estes episódios e prover maior segurança aos brasileiros, poderiam remigrar para um outro país no Espaço Shengen. A possibilidade de retorno para o Brasil foi apontada apenas por 12% dos entrevistados em Portugal e 8% no Reino Unido, indicando ainda uma grande rejeição com relação ao país de origem.

Na Grã-Bretanha, identificou-se um interessante fenômeno que corresponde à nossa hipótese conceitual da hiperdinamização dos fluxos migratórios. Parte dos brasileiros



entrevistados já possuíam uma rápida experiência de migração para a Irlanda, mas acabaram optando por remigrar para o Reino Unido após o Brexit, por terem sabido, a partir de suas redes migratórias, que os “europeus seriam obrigados a deixar o Reino Unido” e que, portanto, abririam novas vagas de trabalho, com melhores oportunidades salariais, para migrantes de fora da União Europeia.

Nesse sentido, foi possível identificar um rápido fluxo no período de 2019 a 2023 entre a Irlanda, sobretudo Dublin, e Londres e Edimburgo no Reino Unido, o que suscitou, inclusive, a abertura de um Consulado-Geral do Brasil na capital escocesa em janeiro de 2022, para atender a crescente comunidade brasileira na Escócia e na Irlanda do Norte. Alguns entrevistados (43%) indicaram que poderiam remigrar para Portugal caso encontrassem uma oportunidade melhor lá, mas não o fariam no momento por causa das perspectivas de aumento da xenofobia no país lusitano e também pelos salários serem menores lá.

No caso dos brasileiros, um último destaque se refere à possibilidade de cursar o ensino superior em Portugal e estudos profissionais no Reino Unido, o que conferiria, àqueles com situação migratória irregular, a oportunidade de uma regularização migratória temporária, com vistos de estudante ou de curta-duração, o que mais tarde poderia se traduzir em uma autorização de residência permanente, em Portugal, ou um visto de trabalho, no Reino Unido.

Desta maneira, a perspectiva da regularização migratória também se faz evidente e é dinamizada por meio das mudanças políticas nos agentes governamentais, como o retorno dos socialistas ao poder em Portugal, e o enfraquecimento da agenda conservadora nos últimos governos britânicos, com a possibilidade de retorno dos trabalhistas em um futuro próximo.

Finalmente, os grupos de imigrantes britânicos somaram uma população menor e entrevistados, 12 no Brasil e 5 em Portugal, porém, que revelam um perfil distinto aos demais dois grupos estudados, a começar pela faixa etária, com a predominância de indivíduos entre 50 e 65 anos (45%). Todos entrevistados possuíam curso superior completo e 64% afirmaram ter cursos de pós-graduação. 55% eram homens e 45% mulheres, todos com experiência laboral de nível sênior em seus países de origem e países terceiros, como Portugal, Espanha, França e Alemanha.

No caso dos britânicos no Brasil, identificamos uma migração baseada na perspectiva de atuação profissional com melhores salários, em que pese todos entrevistados mencionaram

o clima como um fator de motivação à migração, algo que não pode ser descartado, haja vista o debate crescente na literatura (MAUREL; TUCCIO, 2016).

Já os britânicos entrevistados em Portugal se caracterizam como *lifestyle migrants*, isto é, indivíduos que escolheram o país para viver ou se aposentar, isto no contexto pré-Brexit, conforme Sardinha (2014). Nas entrevistas, ficou evidente que muitos deixaram rapidamente o Reino Unido após o Brexit, a fim de regularizar o seu status em Portugal como residentes permanentes, o que é identificado nos dados oficiais do SEF, ou seja, uma migração hiperdinâmica.

Um elemento comum aos grupos de imigrantes estudados nos três países é a presença das agendas governamentais e dos grupos de trabalho da União Europeia, Mercosul e CPLP nas tomadas de decisão em migrar, permanecer, remigrar ou retornar, conforme discutiremos na próxima sessão. Se entendermos que o Brexit e as políticas de mitigação dos impactos das crises e da pandemia da COVID-19 são políticas públicas, veremos como a governança migratória impactou diretamente na formulação das perspectivas de imigrantes e na própria hiperdinâmica migratória no período estudado.

4.1 Agendas governamentais e eficácia dos grupos de trabalho

A partir das observações advindas com as entrevistas semiestruturadas, ficou evidente o papel da agência governamental na toma de decisão dos indivíduos em permanecer nos países que haviam estabelecido residência, em remigrar, ou ainda, em retornar para o seu país de origem. Entende-se aqui o conceito de agência governamental – também chamada de ação governamental – como aquele proposto por O'Hare (1989), no sentido prático das ações e políticas públicas implementadas pelos governos, sobretudo nacionais, e com impacto na vida comum dos cidadãos.

Assim, as agendas governamentais se apresentam como a manifestação efetiva – e material ou materializada – das agências governamentais. Elas são influenciadas e construídas não apenas pelos entes governamentais, mas também por organismos internacionais e blocos de cooperação em diferentes esferas, como a própria União Europeia, o Mercosul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nosso objeto de análise em segundo nível.

Logo, estas agendas compreendem o centro daquilo que Betts (2011) entende como governança, ou seja, que congrega princípios teóricos da governamentalidade (FOUCAULT,



2009), a aplicação prática, que chamaremos de políticas públicas, e os seus impactos reais, que serão mensurados por diferentes métricas e indicadores; no caso em estudo, observáveis nos relatos dos próprios migrantes e na condução dos fluxos migratórios.

A partir da análise, portanto, das políticas públicas de governança migratória, ou simplesmente, políticas migratórias, dos três países estudados, foi possível identificar a presença das deliberações e agendas dos grupos de trabalho dos três organismos internacionais selecionados. Também foi possível identificar a presença de agendas externas aos três organismos, como a influência do Pacto Global de Migração de 2018, e, notadamente, as normativas e orientações da própria Organização Internacional para as Migrações com relação aos efeitos da pandemia da COVID-19 na população migrante. Entretanto, seria necessário um estudo adicional e mais aprofundado para identificar como estas duas agências influenciaram diretamente a dinâmica das trajetórias migratórias dos grupos estudados nesta pesquisa, abrindo, portanto, a possibilidade de estudos futuros que exploraremos mais adiante.

No caso do Mercosul, bloco de países composto por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela (suspensa desde 2017) e Bolívia (em processo de adesão), os grupos de trabalho sobre migrações foram estabelecidos no começo da década de 2010, quando começou a se discutir não apenas a livre-circulação intrabloco, mas também a possibilidade de criação de agendas para a concessão de vistos de residência e trabalho para migrantes externos, como europeus, por exemplo.

No âmbito das recentes discussões do Acordo de Livre-Comércio entre a União Europeia e o Mercosul, a temática migratória aparece paralelamente como um tópico a ser debatido futuramente, já nos processos de implementação e regulamentação dos termos do acordo, o que inclusive foi mencionado por alguns imigrantes portugueses entrevistados no Brasil.

Com a emergência da pandemia da COVID-19, as regras para a livre-circulação nos países do Mercosul foram modificadas, haja vista o fechamento de fronteiras e as restrições para a mobilidade externa, o que afetou diretamente migrantes que estavam, sobretudo no Brasil, em vias de remigrar ou retornar para os seus países de origem. Foi possível identificar em 39% das entrevistas com imigrantes portugueses e britânicos no Brasil, um desejo de ter deixado o país no período de 2019 a 2021, interrompido pela pandemia.



Indagados sobre quais seriam as opções, estes imigrantes relataram que, apesar da crise econômica na Argentina, seria um destino secundário temporário, face a instabilidade no Brasil, ou ainda o próprio Uruguai, que apresentava condições para um estabelecimento mais seguro, além das próprias redes já presentes da comunidade britânica e portuguesa naquele período.

Nessa direção, 28% dos imigrantes entrevistados no Brasil também relataram que desejariam retornar a algum país da União Europeia no período de 2019 a 2023, contudo, que não o fizeram por três condicionantes: as perspectivas econômicas não atrativas, as restrições sanitárias durante a pandemia, as incertezas com relação à livre-circulação pós-Brexit, no caso daqueles que desejavam migrar para o Reino Unido.

É neste contexto que se inserem as agendas da própria União Europeia, que adotou uma política rígida de restrição a viagens internacionais durante os primeiros dois anos da pandemia da COVID-19, o que impediu, segundo 69% dos entrevistados nos três países, qualquer planejamento para retornar aos seus países de origem ou remigrar para alguma outra nação europeia. Percentual semelhante (65%) se aplicou quando o Reino Unido foi apresentado como uma opção.

A respeito destas questões, restou evidente como as normativas impostas pelo bloco europeu antes e após o Brexit afetaram diretamente as perspectivas de migração, bem como influenciaram a dinâmica migratória no período estudado. Se considerarmos que desde a aprovação do referendo de separação entre Londres e Bruxelas, realizado em 2016, até o início desta pesquisa, em 2019, transcorreram pouco mais de 3 anos, é possível identificar um hiperdinamismo nas mudanças de percepção dos migrantes com relação ao seu futuro profissional, econômico e familiar.

Nessa direção, as negociações de janeiro de 2020 entre o governo britânico e a Comissão Europeia, para o estabelecimento das novas regras e limites do relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia, foram apontadas por 74% dos entrevistados portugueses e britânicos como algo a ser levado em consideração sobre o seu futuro enquanto migrantes, já que as deliberações afetariam diretamente os seus *status* migratórios.

Chama a atenção que 23% dos imigrantes entrevistados nos três países mencionaram o papel que a União Europeia poderia ter adotado, por meio de uma governança migratória mais propositiva e menos restritiva, segundo eles, para permitir uma regularização a longo prazo de

seus *status*, considerando os efeitos retardatários impostos pela pandemia da COVID-19 e pela própria crise econômica no continente europeu.

Percepção semelhante (19% dos entrevistados) foi identificada entre migrantes portugueses e brasileiros com relação aos grupos de trabalho da CPLP, que buscam construir uma agenda para a livre-circulação de pessoas e trabalhadores nos países lusófonos – expandindo-se aí para os demais países-membros do continente africano e asiático.

A questão da governança migratória que resulta em políticas públicas de fato foi apontada por 52% dos entrevistados como um tema que consideram relevante na construção de suas intenções de migrar ou remigrar, ou seja, nas próprias perspectivas da migração. Desta amostragem, 88% indicaram que influenciava diretamente na velocidade em que migrariam ou remigrariam, o que nos leva a uma inferência prévia de uma conexão causal entre governança migratória e hiperdinamização das migrações, o que retomaremos na conclusão deste artigo.

Assim, percebe-se que a eficácia dos grupos de trabalho e das próprias agendas governamentais impulsionaram as tomadas de decisão em migrar dos indivíduos entrevistados, em ritmos mais rápidos ou mais lentos, de acordo com as suas efetivações pelos governos nacionais, ouvidos os blocos e organismos internacionais. Essa correlação trará implicações para políticas públicas, que serão analisadas na próxima sessão.

4.2 Implicações para Políticas Públicas

Nesta seção, serão exploradas as implicações das descobertas da pesquisa para as políticas públicas. Com base na análise dos padrões de migração e das agendas governamentais, serão sugeridas recomendações para melhorar a governança da migração e a cooperação entre o Brasil, Portugal e o Reino Unido.

Conforme menciona Sayad (2004) em sua obra, uma das questões mais latentes nos estudos migratórios que envolvem o contato direto com os sujeitos da pesquisa, isto é, os próprios migrantes, é a necessidade de traduzir os seus anseios, expectativas e insatisfações com relação à atuação de Estados e governos em sua proteção.

Na mesma direção, Oliveira (2022) escreve que as migrações internacionais hoje, como fenômeno resultante da globalização e das novas agendas de poder, também são objeto de formulação de políticas públicas que possam garantir os seus direitos, estabelecer seus deveres

e, no caso da securitização migratória, também apresentar o papel do Estado enquanto regulador de fluxos.

Assim, a partir dos resultados das entrevistas semiestruturadas que aplicamos com 137 imigrantes, foi possível identificar em 79% das respostas elementos que implicassem em demandas de políticas públicas para a sua proteção, ou ao menos, o seu reconhecimento enquanto cidadãos.

Optamos por dividir três escalas de análise neste estudo, haja vista as complexas estruturas territoriais e administrativas dos três países estudados, Brasil, Portugal e Reino Unido, a saber: escala local-regional, na qual identificamos e propomos políticas públicas para governos locais, municipais e estaduais; escala nacional, que se refere ao nível dos governos nacionais³; escala internacional, a qual se refere à cooperação entre os Estados e também ao papel da governança de organismos internacionais, como a OIM, e os três órgãos que analisamos nesta pesquisa, Mercosul, União Europeia e CPLP.

Este tipo de divisão escalar está amparado na Geografia das Políticas Territoriais, como observado por Rückert e Rambo (2010), e facilita a nossa proposta de análise das implicações de políticas públicas, bem como possibilita contrastar os contextos que observamos nas pesquisas *in loco* e as entrevistas semiestruturadas com a pesquisa documental e bibliográfica.

4.3 Implicações para políticas públicas na escala local-regional

Segundo Thouez (2020), é na cidade onde as dinâmicas territoriais e populacionais acontecem de fato, ou seja, é onde os agentes governamentais se apresentam de imediato, e onde a vida de imigrantes influencia e é influenciada por questões econômicas, sociais e políticas atreladas às outras duas escalas, nacional e internacional.

Neste âmbito, as complicações do Brexit, das crises econômicas e da pandemia da COVID-19 afetaram completamente aquilo que Fernandes (1992) denomina de paisagem urbana e as relações entre migrantes e o seu meio. Prefeitos e governadores adotaram, não raro, medidas de restrições de circulação de pessoas, no caso da pandemia, muito antes de decisões governamentais de nível nacional, ou até mesmo divergindo de recomendações de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde.

³ No caso do Reino Unido, os governos da Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia foram incluídos na categorial local-regional.

Caso clássico que identificamos foi o de cidades brasileiras, como Capão da Canoa, que tão logo foram registrados os primeiros casos de COVID-19 no Brasil, em março de 2020, interditou os acessos da cidade (Figura 1), interrompendo imediatamente o fluxo de pessoas, dentre elas, migrantes internacionais sazonais, já estabelecidos, que durante os meses de verão (dezembro a março), realizavam diária ou semanalmente um trajeto entre as cidades de Porto Alegre, Capão da Canoa, Torres, Criciúma e Florianópolis.

Figura 1 – Postagem oficial da Prefeitura de Capão da Canoa (Brasil), informando o fechamento da cidade em virtude da pandemia da COVID-19, em 20 de março de 2020



Fonte:

https://www.facebook.com/amaurigermano14/photos/a.1535730923398325/2293332280971515/?type=3&ref=embed_post

Este caso ilustra o que identificamos em 93% das entrevistas com os imigrantes, que destacavam que os governos locais e regionais, segundo eles, eram os responsáveis pela proteção da cidadania migrante, e também garantidores do acesso aos serviços públicos, como



saúde, educação, moradia e emprego, o que em muitos casos, era, na realidade, compartilhado entre governos locais e nacionais.

O fechamento de fronteiras pelos governos nacionais afetou a chegada de novos migrantes, contudo, as restrições da mobilidade interna, sobretudo em Portugal e no Brasil, foi um fator destacado pelos entrevistados, que disseram que seus trabalhos, escola dos filhos e até mesmo serviços públicos, normalmente eram em cidades diferentes e, portanto, foram afetados. Além disso, a diminuição da oferta de transporte público, algo que identificamos também nas entrevistas com imigrantes no Reino Unido, foi outro aspecto citado, inclusive no período pós-pandemia.

Estes cenários desafiadores implicam assim na necessidade da construção de uma agenda de governança migratória local, algo ainda muito recente nos três países estudados, sobretudo pelo desconhecimento de seus agentes sobre a responsabilidade de cada esfera governamental, bem como os limites de cada política pública.

Outro exemplo que identificamos e que ilustra este cenário desafiador, foi o da aplicação de vacinas na população imigrante. No Brasil, por causa da ausência de uma política nacional robusta durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), cada prefeitura e governo estadual estabeleceu diretrizes sobre quem, quando e como seriam aplicadas as doses da vacina da COVID-19. Assim, coletamos relatos de imigrantes portugueses que no Rio de Janeiro haviam tomado três doses da vacina, enquanto alguns imigrantes em Porto Alegre tiveram que buscar o atendimento em cidades vizinhas, pois alegavam que a prefeitura se recusava a vacinar estrangeiros.

No caso de Portugal e Reino Unido, um aspecto citado, sobretudo, por imigrantes brasileiros, foi a preocupação com relação à identificação de seus status migratórios quando da vacinação. Aqueles que estavam em situação irregular temiam que poderiam ser “expulsos da cidade ou do país” quando se vacinassem. O mesmo pudemos identificar com relação a políticas públicas de distribuição de renda, moradia e trabalho nos dois países europeus, o qual cerca de 35% dos imigrantes entrevistados afirmaram ter temido, em algum momento, a sua deportação, pelo arrefecimento destas políticas públicas haja vista o contexto de crise sanitária, política e econômica.

Assim, destaca-se os pontos a seguir que podem contribuir para o entendimento das implicações de políticas públicas, em escala local-regional, para os agentes governamentais:



- a) Necessidade de coordenação de agendas entre diferentes atores e escalas governamentais.
- b) Importância da criação de comitês ou conselhos locais de imigrantes, que aproximem aquela população com representantes de governos locais e regionais, desconsiderando qualquer situação ou status migratório.
- c) Formulação de políticas públicas de governança migratória local e regional adequadas para cada grupo de imigrantes, seja de acordo com a sua nacionalidade, gênero, idade, seja de acordo com as suas necessidades específicas, como saúde, educação, moradia e emprego.

4.4 Implicações para políticas públicas na escala nacional

Em que pese as dinâmicas migratórias se desenrolarem nas cidades, pudemos verificar que as políticas públicas de governança migratória de caráter nacional, ou a sua ausência, representam importantes vínculos dos migrantes para com o seu país de acolhimento, e que podem influenciar inclusive a sua remigração ou retorno para o país de origem.

O fechamento de fronteiras durante a pandemia, o endurecimento do controle migratório em aeroportos, a imposição de novas regras e requisitos para migrar por trabalho ou reunião familiar, bem como normas para a regularização migratória ou naturalização, são alguns exemplos de políticas públicas de escala nacional que identificamos nas entrevistas com os imigrantes nos três países.

Todas entrevistas enfatizaram, de alguma maneira ou outra, que se sentiam dependentes da governança migratória nacional, para estabelecerem as suas perspectivas de permanência ou saída definitiva do país de acolhimento. No Brasil, por exemplo, portugueses relataram em sua maioria que dificuldades na equiparação de direitos, prevista em lei⁴, dificultavam a sua inserção em postos de trabalho ou continuidade nos estudos.

Já os britânicos entrevistados, tanto em Portugal no Brasil, foram unânimes ao citar os efeitos de crises políticas nacionais em suas vidas, como a conturbada aprovação da nova Lei de Migração no Brasil, as portarias de fechamento de fronteiras durante a pandemia e os próprios efeitos do Brexit, no caso de Portugal, com relação à sua regularização migratória, o que estará atrelado também à governança da União Europeia, que veremos mais adiante.

Com relação aos entrevistados no Reino Unido, também foi possível identificar um padrão de repostas que colocava as ações do governo conservador, cada vez mais restritivas à

⁴ Dec. 70436 - 18/04/1972: regulamenta a aquisição pelos portugueses, no Brasil, dos direitos e obrigações previstos no Estatuto da Igualdade. (Concessão de direitos políticos limitados a portugueses analfabetos). Constituição Federal de 1988, art. 12, § 1º: “aos portugueses com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta constituição.”

imigração laboral regular, como definidoras de suas perspectivas sobre o seu futuro e de suas famílias, especialmente aqueles que buscavam a reunião familiar.

Nesse contexto, ficou claro que a adoção – ou não adoção – de políticas públicas de caráter nacional tem um efeito macro na vida imigrante, e que também comportam algumas implicações, não apenas para os próprios migrantes, mas também para os agentes governamentais, as quais elencamos a seguir:

- a) Necessidade de aproximar a população migrante aos órgãos decisórios, sem discriminação quanto aos seus *status* migratórios, como a criação de conselhos, comitês representativos e fóruns de debates.
- b) Revisão de políticas públicas discriminatórias ou que tenham uma dimensão securitária e de criminalização das migrações regulares.
- c) Importância de cooperação multilateral, com governos de países de origem e terceiros, a fim de criar agendas comuns de integração e garantia dos direitos dos migrantes desde a saída definitiva até a instalação no país de destino, criando um senso de perspectivas positivas relacionadas à migração.
- d) Articulação entre ministérios, órgãos federais, conselhos profissionais e departamentos da esfera governamental nacional, a fim de alinhar procedimentos, normas e tratamento no acolhimento de migrantes e suas demandas, bem como na garantia de direitos e no cumprimento de deveres.

4.5 Implicações para políticas públicas na escala internacional

Newland (2019) argumenta das dificuldades em se estabelecerem parâmetros de cooperação na governança global das migrações, haja vista todo o contexto que levou à formulação do Pacto Global de Migração de 2018, até hoje com desafios para sua plena implementação pelos Estados signatários.

Também se destacam os desafios de organismos como a OIM e o ACNUR para a criação de sinergias com governos nacionais, a fim da promoção de uma migração ordenada, regular e segura e no acolhimento humanitário de refugiados e apátridas, respectivamente. Poucas são as nações que alcançaram um estágio de plena cooperação com estes e outros organismos.

Na pesquisa que realizamos, selecionamos três organismos a partir das entrevistas realizadas, que de alguma maneira influenciaram na construção das perspectivas para a migração daqueles indivíduos. União Europeia, Mercosul e CPLP, por meio de seus grupos de trabalho e agendas permitiram que uma população de mais de três milhões de pessoas migrasse entre Brasil, Portugal e Reino Unido no período estudado, e influenciaram a vida de outras centenas de milhares de pessoas na expectativa de migrar.

Ressalta-se que nas respostas das entrevistas aplicadas, o papel de uma governança migratória global – ou intergovernamental – baseada na atuação destes organismos, ficou evidente e se destacou face a outros elementos que constroem às migrações baseadas em

perspectivas, inclusive o próprio emprego (23% entre os entrevistados no Brasil, em detrimento de 26% com relação ao papel dos organismos citados).

Nesse sentido, apresentamos a Tabela 4 a seguir, que destaca os principais desafios, oportunidades e implicações para a formulação de políticas públicas, a partir dos relatos coletados nas entrevistas e também na revisão da produção bibliográfica e documentação institucional:

Tabela 4 - Desafios, oportunidades e implicações para a formulação de políticas públicas em escala internacional

	União Europeia	Mercosul	CPLP
Desafios	- Acomodar a diversidade cultural dos imigrantes brasileiros, portugueses e britânicos. - Necessidade de integração dos imigrantes ao mercado de trabalho. - Questões de xenofobia e discriminação. - Diferenças nos direitos de imigração e trabalho entre os membros da UE após o Brexit.	- Dificuldades econômicas e instabilidade em alguns países do Mercosul. - Limitações em termos de livre circulação de pessoas. - Necessidade de reconhecimento mútuo de qualificações profissionais.	- Aumentar a mobilidade entre os países da CPLP. - Promoção da integração socioeconômica e cultural dos imigrantes. - Promover políticas de inclusão social e igualdade de direitos.
Oportunidades	- Beneficiar-se das diferentes habilidades e experiências que esses imigrantes trazem. - Contribuir para o crescimento econômico através da imigração. - Enriquecimento cultural.	- Possibilidade de estabelecer acordos de imigração e trabalho mais inclusivos. - Aproveitamento da diversidade cultural e linguística.	- Oportunidade de promover a língua portuguesa e a cultura lusófona. - Facilitar o movimento de pessoas e capitais.
Implicações para Políticas Públicas	- Necessidade de políticas inclusivas e equitativas de integração de imigrantes. - Políticas de educação e formação para combater a discriminação - Foco em políticas de reconhecimento de qualificações estrangeiras.	- Reforçar políticas de integração regional. - Desenvolver políticas que promovam a livre circulação de pessoas. - Políticas para reconhecimento mútuo de diplomas e qualificações.	- Necessidade de políticas de cooperação e integração mais eficazes. - Aumentar as políticas de mobilidade para os cidadãos da CPLP. - Políticas de inclusão social e combate à xenofobia e ao racismo.

A Tabela 4 ilustra as complexidades associadas ao desenvolvimento de políticas públicas para o acolhimento de imigrantes brasileiros, portugueses e britânicos em diferentes contextos regionais - a União Europeia, Mercosul e CPLP. Nota-se que desafios como a integração cultural e laboral, xenofobia e discriminação são temas transversais, apesar das distintas características dos blocos econômicos.

As oportunidades giram em torno da diversidade cultural e linguística, além do potencial econômico que a imigração proporciona. As implicações para as políticas públicas demonstram a necessidade de medidas inclusivas e equitativas que promovam a integração e a mobilidade, combatendo simultaneamente a discriminação. Este cenário evidencia que, apesar das especificidades de cada contexto, as políticas públicas devem buscar garantir os direitos humanos, promover a integração e valorizar a diversidade cultural dos imigrantes, construindo assim uma verdadeira governança migratória global (Betts, 2011).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada nos três países – Brasil, Portugal e Reino Unido, com 137 imigrantes destas respectivas nacionalidades, entre 2019 e 2023, revelou profundas conexões entre fenômenos globais, como crises econômicas e políticas, o Brexit e a pandemia da COVID-19 e a velocidade dos processos de migração de retorno, remigração e na própria migração de perspectiva, conceito desenvolvido neste artigo.

Esta velocidade podemos identificar como hiperdinâmica, uma vez que os fluxos migratórios estudados se reproduziram de maneira rápida, desde a tomada de decisão de migrar até a escolha pela saída definitiva do país de destino, remigração para um terceiro país ou retorno para o seu país de origem ou nascimento.

Concluimos que as perspectivas criadas pelos migrantes com relação ao país de acolhimento foram influenciadas por estas dinâmicas e pelos fenômenos globais e, sobretudo, pela atuação dos agentes governamentais na criação – ou não criação – de políticas públicas e pela própria governança migratória de fato. Nesse sentido, identificamos uma correlação entre políticas de migração, hiperdinamização dos fluxos migratórios e criação de perspectivas nos imigrantes nas três escalas estudadas: local-regional, nacional e internacional.

Também foi possível identificar, a partir das entrevistas semiestruturadas, um novo padrão, que chamamos de hiperdinâmico, das migrações nos locais estudados, bem como o uso de perspectivas de acolhimento e integração como definição do ato de migrar em momentos de crise, inaugurando, assim, uma nova possibilidade de agenda de pesquisa, bem como implicações para a formulação de políticas públicas, o que demandará também estudos futuros e a ampliação para outros públicos-alvo, países e organismos internacionais.



Por fim, o papel de organismos internacionais, como a União Europeia, o Mercosul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e seus grupos de trabalho e agendas sobre migrações, se apresentou como um mecanismo de vinculação entre a tomada de decisão por migrar, a velocidade dos fluxos migratórios e também a criação de perspectivas com relação aos potenciais países de acolhimento e a sua inserção internacional. Desta maneira, restou evidente nesta pesquisa também a importância do aprofundamento de pesquisas de correlação entre governança migratória interorganizacional com os fluxos migratórios na prática.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, V. et al. Mental health and well-being of migrant populations in Portugal two years after the COVID-19 pandemic. **Behavioral Sciences**, v. 13, n. 5, p. 1-20, 2023.
- ALMEIDA, J. Citizens of the world: Migration and citizenship of the Portuguese in the UK. **Portuguese Studies**, v. 23, n. 2, p. 208-229, 2007.
- ARCARAZO, D.; GEDDES, A. Transnational diffusion or different models? Regional approaches to migration governance in the European Union and Mercosur. **European Journal of Migration and Law**, v. 16, n. 1, p. 19-44, 2014.
- ARRUDA, J. et al. **De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2013. 602 p.
- BACHMANN-MEDICK, D. et al. **Migration: Changing concepts, critical approaches**. 1. Ed. Berlin: De Gruyter, 2018. 312 p.
- BAKEWELL, O. et al. **The impact of class on feedback mechanisms: Brazilian migration to Norway, Portugal and the United Kingdom**. London: Palgrave Macmillan UK, 2015.
- BETTS, A. **Global migration governance**. Oxford: Oxford University Press, 2011. 343 p.
- CLAUS-EHLERS, C.S. Forced migration among Latinx children and their families: Introducing trilateral migration trauma as a concept to reflect a forced migratory experience. **Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy**, v. 18, n. 4, p. 330-342, 2019.
- DA SILVA, R. et al. Migração brasileira em Portugal: retornar ao Brasil ou permanecer em Portugal? **Caderno de Geografia**, v. 28, n. 55, p. 918-935, 2018.
- DIAS, G. **Brazilian migration into London: Mobility and contemporary borders**. London: Goldsmiths, University of London, 2016.



DIAS, G.; MARTINS JÚNIOR, A. The second Brazilian migration wave: The impact of Brazil's economic and social changes on current migration to the UK. **Século XXI (Santa Maria)**, v. 8, n. 1, p. 112-143, 2018.

FASSMANN, H. et al. **Statistics and reality: Concepts and measurements of migration in Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.

FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 2, n. 1, p. 61-99, 1992.

FOUCAULT, M. **Security, territory, population: lectures at the Collège de France, 1977-1978**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

GREGORY, R. 'Construindo comunidades: community building with Portuguese migrant workers on the east coast of England', in *Community Organising against Racism*. 1. ed. [Online]. United Kingdom: Policy Press, 2017. p. 123-136.

LAFLEUR, J-M.; STANEK, M. **South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis**. Cham: Springer International Publishing, 2017.

LEITE, B. **Migração portuguesa no Reino Unido - que futuro com o Brexit?** Porto: Universidade do Porto, 2021.

MACHADO, B. et al. Migrant welfare tactics and transnational social protection between Portugal and the UK. **Finisterra**, v. 54, n. 112, p. 27-43, 2019.

MARTI, M.; RODENAS, C. Migration estimation based on the labour force survey: An EU-15 perspective. **The International Migration Review**, v. 41, n. 1, p. 101-126, 2007.

MAUREL, M.; TUCCIO, M. Climate instability, urbanisation and international migration. **The Journal of Development Studies**, v. 52, n. 5, p. 735-752, 2016.

MCILWAINE, C.; EVANS, Y. Navigating migrant infrastructure and gendered infrastructural violence: reflections from Brazilian women in London. **Gender, Place & Culture**, v. 30, n. 3, p. 395-417, 2022.

NEWLAND, K. The global compact for safe, orderly and regular migration: An unlikely achievement. **International Journal of Refugee Law**, v. 30, n. 4, p. 657-660, 2019.

NOWOK, B.; WILLEKENS, F. A probabilistic framework for harmonisation of migration statistics. **Population Space and Place**, v. 17, n. 5, p. 521-533, 2007.

O'HARE, M. A typology of governmental action. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 8, n. 4, p. 670-672, 1989.

O'NEIL, K. et al. **Migration in the Americas**. Washington, D.C.: Global Commission on International Migration, 2005.



OLIVEIRA, A. P. **‘Burocracias na contemporaneidade: tecnologias de governo e migrações internacionais durante a pandemia de COVID-19 no Brasil’**, in *Conexões Internacionais: temas atuais em Direitos Humanos*. 1. ed. [online]. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022. p. 11-24.

PATARRA, N. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PEREIRA, C.; AZEVEDO, J. **New and old routes of Portuguese emigration: Uncertain futures at the periphery of Europe**. Cham: Springer International Publishing, 2019.

PINHO, F. et al. Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 989-1013, 2021.

RAYMER, J. The estimation of international migration flows: A general technique focused on the origin-destination association structure. **Environment and Planning**, v. 39, n. 4, p. 985-995, 2007.

REGO, R. A tropical enterprise: British planning ideas in a private settlement in Brazil. **Planning perspectives**, v. 26, n. 2, p. 261-282, 2011.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Lisbon: Universidade Aberta, 1995.

RÜCKERT, A.; RAMBO, A. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. **Confins**, n. 8, p. 1-13, 2010.

SARDINHA, J. **‘Lifestyle migrants in Central Portugal: Strategies of settlement and socialisation’**, in *Contested Spatialities, Lifestyle Migration and Residential Tourism*. 1. ed. New York: Routledge, 2014. p. 174-189.

SASSEN, S. **A sociology of globalization**. New York: W.W. Norton, 2007.

SAYAD, A. **The suffering of the immigrant**. Cambridge, UK; Malden, MA, USA: Polity, 2004.

SMITH, S. J. K. **Rowling - Uma biografia do gênio por trás de Harry Potter**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

STAEVIE, P. M. A COVID-19 e os impactos na vida de imigrantes brasileiros residentes no norte de Portugal. Século XXI – **Revista de Relações Internacionais**, v. 14, n. 1, p. 200-220, 2023.

TELES, G. **Impactos da pandemia por Covid-19 nos migrantes brasileiros em Portugal**. Lisbon: Universidade de Lisboa, 2020.



THAPA, S.; ADHIKARI, S. ChatGPT, Bard, and large language models for biomedical research: Opportunities and pitfalls. **Ann Biomed Eng.** Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10439-023-03284-0>, 2023.

THOUEZ, C. Cities as emergent international actors in the field of migration: Evidence from the lead-up and adoption of the UN global compacts on migration and refugees. **Global Governance**, v. 26, n. 4, p. 650-672, 2020.

TRESPACH, R. **1824: como os alemães vieram parar no Brasil, criaram as primeiras colônias, participaram do surgimento da igreja protestante e de um plano para assassinar D. Pedro I.** São Paulo: LeYa, 2019.

UEBEL, R. R. G. **Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

UEBEL, R.; RÜCKERT, A. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. **Confins**, n. 31, p. 1-29, 2017.

WEINAR, A.; KLEKOWSKI VON KOPPENFELS, **Highly skilled migration: Between settlement and mobility.** Cham: Springer International Publishing, 2020.